

INDICADORES DE RISCO E PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EM ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE PROJETO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE - CONTEXTUALIZAÇÃO COMUNITÁRIA, RELIGIOSIDADE, SUPORTES E APOIO INSTITUCIONAL.

Anderson de Oliveira Pelegrini, Profª Dra Renata Maria Coimbra Libório. Educação Física – Departamento de Educação – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

O trabalho a ser apresentado é parte de um estudo que visa investigar aspectos relacionados aos comportamentos de risco, fatores de risco e de proteção de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos de idade, ambos os sexos, nível socioeconômico baixo, das capitais brasileiras. Este projeto faz parte de uma pesquisa em âmbito nacional, que esta sendo desenvolvida em várias capitais brasileiras: Porto Alegre, Recife, São Paulo, Campo Grande e Brasília, sob a coordenação geral da Profª Dra Sílvia Helena Koller, da UFRGS. A pesquisa nas cidades de Presidente Prudente e Belo Horizonte estão sendo realizadas sob a orientação da Profª Dra Renata Maria Coimbra Libório, Professora do Departamento de Educação da FCT-UNESP de Presidente Prudente e conta com financiamento da FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo. Tendo em vista estas considerações, o presente projeto de pesquisa visa buscar informações sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento pessoal e social de adolescentes e jovens, na capital de Minas Gerais e no município de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo, de forma a auxiliar em análises comparativas a respeito dos comportamentos de risco ao desenvolvimento, bem como aspectos relacionados ao contexto e à proteção, quando consideradas capitais e cidades de médio porte. Compreender quais são os problemas que os adolescentes e jovens enfrentam na realidade das capitais brasileiras, bem como em cidades de menor porte nos auxiliará no dimensionamento de quais são os fatores e indicadores de proteção relevantes que auxiliam no desenvolvimento e na promoção de processos de resiliência.

De acordo com a literatura da área, consideram-se fatores de risco condições, comportamentos, situações ou características de natureza psicológica, econômica, cultural, política e/ou social, presentes na vida do sujeito ou de sua comunidade de origem, quer seja por sua ação extrínseca, ou características intrínsecas. Segundo Koller et al (2005), fatores de risco são aqueles que:

Afetam ao desenvolvimento humano, pela ação de vetores de dano (negativos). São fatores de risco: (a) características individuais precárias ou negativas (psicopatologia, comportamentos de risco, deficiência mental, etc.); (b) ausência de coesão ecológica (ausência de amigos, violência e insegurança doméstica e comunitária, vitimização, etc.); e, (c) ausência de uma rede de apoio social e afetiva (aparece em situações de desemprego, preconceito, fracasso escolar, carência de serviços de saúde e institucionais, eventos negativos na vida sem suporte, etc.). (Koller, et al, 2005, s/p).

Com relação aos fatores de proteção, esses são considerados como condições, comportamentos, situações ou características de natureza psicológica, econômica, cultural, política e/ou social, que se presentificam na vida do sujeito ou de sua comunidade, em razão de sua ação extrínseca, ou por características intrínsecas:

São fatores que influenciam o desenvolvimento humano, pela ação de vetores de cuidado e segurança (positivos). São fatores de proteção: (a) características individuais positivas e saudáveis (humor, otimismo, auto-estima, criatividade, espiritualidade, presença de valores morais, senso de realização e bem-estar, sentido para a vida, auto-eficácia, perspectiva de futuro, etc.); (b) coesão ecológica (relações de amizade, segurança doméstica e comunitária, etc.); e, (c) presença e funcionamento de uma rede de apoio social e afetiva (configuração da família, relações com a escola e o trabalho, serviços de saúde e institucionais, etc.). Os fatores de proteção só se expressam e são identificados na presença de fatores de risco (Koller, et al, 2005, s/p).

O presente estudo baseia-se nos aspectos centrais da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (AEDH) desenvolvida por Urie Bronfenbrenner, que se destaca por sua singularidade, mais que por seu poder científico, ao propor a interação de diferentes esferas do funcionamento psicológico e desenvolvimento, tanto em relação à teoria quanto ao delineamento da pesquisa.

Neste trabalho pretendemos analisar dados preliminares sobre indicadores de risco e proteção relativos a adolescentes que se encontram em conflito com a lei e estão cumprindo medida sócio-educativa sob determinação do Juizado da Infância e Adolescência, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário para levantamento de dados biopsicodemográficos, fatores de risco e de proteção social e pessoal, especialmente produzido para este estudo, contendo 109 questões, de múltipla escolha e algumas questões abertas. Destas 109 questões, para o presente trabalho foram analisadas as variáveis relativas à contextualização comunitária (roubo, violência, tráfico de drogas, batidas policiais), apoio de familiares e amigos, religiosidade e níveis de confiança em instituições. Foram calculadas as estatísticas descritivas das variáveis relacionadas acima. Para esta análise foi utilizado o software SPSS, versão 12.0. A composição da amostra, para este trabalho, contou com a participação de 26 adolescentes, de 14 a 24 anos de idade, que frequentam tal projeto.

Pretende-se com os resultados da pesquisa elaborar uma reflexão sobre o cotidiano dos participantes, que subsidiará uma discussão sobre políticas públicas a serem direcionadas aos grupos sociais que vivem condição similar.

Foram criadas e analisadas algumas tabelas constando o cruzamento de dados que teve por fim averiguar se a incidência de fatores de risco, como: tráfico de drogas; assaltos e roubos; batidas policiais e tiroteios, nas comunidades onde morram tais adolescentes, apresentavam-se significativamente correlacionadas com os níveis de confiança nas instituições abaixo citadas; níveis de confiança que podem ser entendidos como indicadores de proteção.

Dos adolescentes entrevistados, 34% não esperam nenhuma ajuda da comunidade, 11% têm baixa expectativa de ajuda, 15% média e 26% alta; em relação à expectativa de ajuda da prefeitura, 56% desses jovens não esperam receber nenhuma ou pouca ajuda e 24% têm altas expectativas; em relação ao conselho tutelar: 38,5% afirmam não esperar nenhuma ajuda, 19,2% baixa ajuda, 19,2% média ajuda e 15% alta ajuda. Ressalta-se que 65% deles não apresentam nenhuma confiança na justiça, 69% não confiam na polícia, 39,1% afirmam que a religião tem sido importante na sua vida, ao passo que 43,5% afirmam que a religião não é nem um pouco ou pouco importante em suas vidas. Com relação aos seus familiares, 38% mencionam confiar sempre, 34,6% confiam as vezes, e somente 19% não confiam nunca. Constata-se que os níveis de confiança em instituições que podem vir a colaborar como fatores de proteção, estão significativamente abalados, inclusive os níveis de confiança na família, que apesar de baixo, ainda é o mais citado pelos adolescentes nas relações de confiança. Na população analisada, 69% sentem-se seguros na sua comunidade, 15% nunca se sentem seguros e 11% às vezes. Foi constatada a seguinte contradição: apesar dos adolescentes relatarem a presença de altos índices de tiroteios, batidas policiais, assaltos, roubos e tráfico de drogas, eles afirmam sentir-se, em sua maioria, seguros em suas comunidades.

Outra constatação feita com base no objetivo inicial, que é de traçar co-relações entre os níveis de confiança e contextualização comunitária, é que, independentemente do contexto comunitário em que vivem (presença ou não de violência – assaltos, roubos, tiroteios) seus índices de confiança nas instituições (família, amigos, conselho tutelar, polícia, dentre outros) são baixos. Devemos nos lembrar que a confiança nestas instituições são fatores protetivos.

Tal constatação nos remete a outra reflexão: quais seriam os motivos que propiciaram este baixo nível de confiança nestas instituições por parte dos adolescentes? Uma possibilidade levantada é a de que, pelo fato dos adolescentes participantes da pesquisa fazerem parte de tal projeto, devido haverem cometido algum ato infracional, e também já terem passado por problemas de ordem jurídica, (tais como: cumprimento de medida sócio-educativa em regime de internação), isso possa ter vindo concorrer para que estes jovens tenham uma visão negativa das citadas instituições, tornando estas relações altamente

traumáticas, enxergando então uma estrutura que deveria servir de redes de apoio para suas dificuldades, são vistas pelos adolescentes e jovens como risco eminente.

Fez-se necessário, para maior entendimento dos dados demonstrados na pesquisa com os adolescentes do projeto, realizar uma análise comparativa entre suas afirmações e as apontadas por escolares da mesma cidade. Foram utilizados para esta análise 246 questionários respondidos por adolescentes que freqüentam escola pública estadual no mesmo município.

Analisando os quadros 1 e 2 podemos verificar que os níveis de confiança na justiça por parte dos adolescentes da escola pública são maiores que o apresentado pelos adolescentes do projeto. O mesmo fato ocorre também nos quadros 3 e 4, nos quais a diferença nos níveis de confiança são ainda mais visíveis: 80,7% dos adolescentes do projeto afirmam não confiar ou confiar pouco na polícia, enquanto 45,2% dos adolescentes da escola pública apontam a mesma afirmação. A análise feita entre os níveis de confiança na família, conselho tutelar, prefeitura e organizações comunitárias, demonstraram uma tênue queda nestes níveis apontados pelos adolescentes do projeto, em relação para com os da escola pública.

**Quadro 1 adolescentes da escola pública
NÍVEL DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA 101A**

		Frequen cy	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	NENHUM	33	22,6	23,6	23,6
	BAIXO	48	32,9	34,3	57,9
	MÉDIO	46	31,5	32,9	90,7
	ALTO	12	8,2	8,6	99,3
	5	1	,7	,7	100,0
	Total	140	95,9	100,0	
Missin g	System	6	4,1		
Total		146	100,0		

**Quadro 2 Adolescentes do projeto
NÍVEL DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA 101A**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	NENHUM	17	65,4	68,0	68,0
	BAIXO	3	11,5	12,0	80,0
	MÉDIO	2	7,7	8,0	88,0
	ALTO	3	11,5	12,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Missing	System	1	3,8		
Total		26	100,0		

**Quadro 3 adolescentes do projeto
NÍVEL DE CONFIANÇA NA POLÍCIA 101B**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	NENHUM	29	19,9	20,7	20,7
	BAIXO	37	25,3	26,4	47,1
	MÉDIO	61	41,8	43,6	90,7
	ALTO	13	8,9	9,3	100,0
	Total	140	95,9	100,0	
Missing	System	6	4,1		
Total		146	100,0		

**Quadro 4 Adolescentes do projeto
NÍVEL DE CONFIANÇA NA POLÍCIA 101B**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	NENHUM	18	69,2	72,0	72,0
	BAIXO	3	11,5	12,0	84,0
	MÉDIO	3	11,5	12,0	96,0
	ALTO	1	3,8	4,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Missing	System	1	3,8		
Total		26	100,0		

Os dados presentes nos quadros analisados nos levam a reforçar a hipótese levantada anteriormente, de que as experiências pessoais vivenciadas pelos adolescentes do projeto podem ter vindo a abalar os seu níveis de confiança em importantes instituições, minimizando mecanismos protetivos, inclusive tê-los levado a processos de vulnerabilidade.

O grande desafio que se coloca é: como mobilizar mecanismos protetivos – redes de apoio afetivo e social durante fase de escolaridade destes adolescentes que façam oposição à diversidade de indicadores de risco presentes em suas trajetórias de vida? Acreditamos que as políticas de educação, esporte, cultura e lazer precisam olhar com maior lucidez as dificuldades enfrentadas por adolescentes e jovens que vivem condições de vulnerabilidade social.

KOLLER, S.H; RIBEIRO, J; CERQUEIRA-SANTOS, E; MORAIS, N. A; TEODORO, M. L; Juventude Brasileira: Comportamentos de Risco, Fatores de Risco e de Proteção. Relatório Técnico da Pesquisa Apresentado ao Banco Mundial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

MORAIS, N. A. & KOLLER, S. H. Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: ênfase na saúde. In S. H. Koller (Ed.) Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

YUNES, M. A. M. & SZYMANSKY, H. Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Ed.), Resiliência e educação (pp. 13-42). São Paulo: Cortez. 2001.

Financiamento da Pesquisa: FAPESP